

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Júlia Flecher de Andrade

**HUMANOS E OUTROS ANIMAIS: RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E ANIMAIS SILVESTRES NO
CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES, EM JUIZ DE FORA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dra. Elizabeth Pissolato

Juiz de Fora

2017

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Júlia Flecher de Andrade, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201572104A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **HUMANOS E OUTROS ANIMAIS: RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E ANIMAIS SILVESTRES NO CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES, EM JUIZ DE FORA**, desenvolvido durante o período de julho de 2017 a novembro de 2017 sob a orientação de Elizabeth Pissolato, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Júlia Flecher de Andrade

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

HUMANOS E OUTROS ANIMAIS: RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E ANIMAIS SILVESTRES NO CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES, EM JUIZ DE FORA

Júlia Flecher de Andrade¹

Resumo

Este estudo busca se aproximar de sensibilidades ecológicas presentes nas relações entre humanos e animais silvestres no Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), em Juiz de Fora (JF). A partir de pesquisa etnográfica e tomando como base debates contemporâneos na antropologia, foi possível observar como essas relações no CETAS JF quebram a dicotomia ocidental entre humanos e animais, sob a qual a própria Antropologia, enquanto disciplina, foi cunhada. Esta dicotomia se quebra nos processos mesmos em que se dão as relações. Neste contexto, os animais mobilizam práticas de cuidado, técnicas, materiais, emoções e ligações afetivas, configurando com os humanos relações sujeito-sujeito, não sujeito-objeto. Neste sentido, os animais são, também, agentes, configurando com os humanos relações que transformam os envolvidos e tecem uma malha ao modo Ingoldiano. Para Tim Ingold, as relações não se dão entre uma coisa e outra, mas ao longo de linhas de vida que se entrelaçam, formando uma malha.

Palavras-chave:

CETAS JF; antropologia; relações humanos e animais; cuidado.

Introdução

1. Relações humanos-animais

Discussões acerca das relações entre humanos e outros animais tem tido crescente repercussão no cenário mundial nas últimas décadas; tema que envolve o meio acadêmico, discussões políticas acerca do direito, práticas econômicas que utilizam animais como produtos, entre outros. Assim, a discussão de uma *ética animal* vem pondo em questão como os animais são vistos e tratados e, através de movimentos que defendem a causa, reivindica-se o status de *sujeito de direito* a eles, com o argumento de que são seres sencientes, capazes de sentir dor e sofrer, assim como nós.

No meio acadêmico, os animais ocupam espaço cada vez maior na Antropologia, porém não mais como objetos simbólicos, mas como seres com os quais estamos em relação. Uma Antropologia que se propõe a quebrar a dicotomia cartesiana entre “sociedade” e “natureza” e a estender suas considerações para além da humanidade tem interessado a importantes pensadores contemporâneos, como Bruno Latour, Eduardo Viveiros de Castro, Phillipe Descola, Tim Ingold, entre outros.

Por diferentes caminhos, passa-se, então, a questionar as tentativas ocidentais de definição do que é ser humano, baseada justamente no que diferencia os humanos dos outros animais, e a distinção natureza e sociedade/cultura, sob as quais a própria Antropologia se fundamenta. A humanidade é vista como uma condição moral, restrita aos humanos, e a animalidade tratada como ausência dessa condição. Possuir raciocínio, intelecto e linguagem sempre foram elementos usados para diferenciar os humanos de outros animais e legitimar sua dominação sob a “natureza”, porém, este paradigma vem sendo questionado por frentes ligadas aos movimentos em “defesa” dos animais, alegando-se que há grandes similaridades entre humanos e animais, como a capacidade de sentir dor.

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: julia.a.p@outlook.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof. Dra. Elizabeth Pissolato.

Para Descola (1998), esses movimentos ocidentais continuam classificando os animais numa escala hierárquica de valor, na qual os mais próximos aos humanos ocupam um lugar “especial”. Os movimentos estariam, ainda, orientados por um antropocentrismo em que apenas estendem-se os direitos humanos a outro grupo, o que não quebraria a lógica dicotômica que fundamenta a separação entre humanos e animais.

“... na prática, as manifestações de simpatia pelos animais são ordenadas em uma escala de valor [...] cujo ápice é ocupado pelas espécies percebidas como as mais próximas do homem em função de seu comportamento, fisiologia, faculdades cognitivas ou da capacidade que lhes é atribuída de sentir emoções. Naturalmente, os mamíferos são os mais bem aquinhoados nessa hierarquia do interesse, e isso independentemente do meio onde vivem” (1998).

Descola denomina esta ontologia ocidental de *naturalismo*² (2006), na qual há uma continuidade material (física) entre humanos e animais e uma descontinuidade interior, na qual somente os humanos seriam dotados de uma *alma*, tornando-os assim “senhores da natureza”. Esta ontologia, permeada na fundação da Antropologia, veria uma natureza, realidade única, e diversas interpretações da realidade ou *culturas*, o que levou ao chamado *relativismo cultural* ou *multiculturalismo*.

Descola discorre ainda sobre características próprias às sensibilidades ecológicas presentes nos países latinos, como “o horror legítimo ao sofrimento desnecessário, e mesmo a consciência de uma responsabilidade moral da espécie humana em assegurar o bem-estar dos seres com os quais ela partilha o planeta”. Características essas que podem ser identificadas em passagens da legislação brasileira referente à fauna, principalmente na que se dirige aos silvestres (sujeitos de interesse desta pesquisa), que são vistos como propriedade do Estado, invocando a noção de “proteção”.

*Lei n. 5.197, de 03 de Janeiro de 1967*³:

Artigo 1º - Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, são propriedades do Estado, sendo proibido a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

*Constituição Brasileira, de 05 de outubro de 1988*⁴:

Artigo n. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

² Descola classifica quatro formas de identificação e relação do indivíduo ou coletivo com o “mundo”, o que chama de ontologias. Estas são: o animismo, o totemismo, o analogismo e o naturalismo. O naturalismo caracteriza-se por haver uma continuidade física e uma descontinuidade interior entre humanos e animais.

³ BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988, Capítulo VI: Do Meio Ambiente (art. 225). Disponível em: https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_225_.asp

⁴ BRASIL. Lei n. 5.197, de 03 de Janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Distrito Federal, jan. de 1967. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/487615.pdf>.

Artigo n. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Buscando me aproximar de sensibilidades ecológicas ocidentais envoltas nas relações entre humanos e animais silvestres no Brasil, iniciei meus estudos no Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS, em Juiz de Fora, unidade compartilhada entre o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Estadual de Florestas - IEF, órgãos cujas ações se voltam para a *proteção*, nos termos definidos pela legislação brasileira.

2. CETAS

Os CETAS recebem animais silvestres provindos do tráfico, da posse ilegal, de resgates e de entregas voluntárias de civis (em menor quantidade). Após o recebimento e registro é feita uma avaliação de seu estado, para, assim, se iniciar um tratamento adequado (quando necessário), reabilitação e definir a próxima destinação do animal. A unidade que me recebeu se encontra na Zona da Mata Mineira, entre os grandes centros do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, na cidade de Juiz de Fora. Nesta unidade, os órgãos contam com três servidores trabalhando diretamente no CETAS, sendo um veterinário e dois biólogos, além de estagiários e um tratador, oferecendo um rico campo para a observação das relações diárias e diretas entre estes e os silvestres.

As investigações foram realizadas entre julho e outubro de 2017, através da observação participante. O acompanhamento das atividades e entrevistas com pessoas diretamente envolvidas com os silvestres recebidos foram feitos semanalmente. Lá fui recebida com muita atenção e paciência, num ambiente repleto de verde, tornando o contexto da pesquisa muito agradável.

No local, há a sede onde funciona a parte burocrática dos órgãos (IBAMA E IEF) e uma casinha onde funciona o CETAS, na qual há a sala de procedimentos, onde acontece a avaliação e tratamento dos animais e a enfermagem, onde ficam os animais inaptos para a soltura, em observação. Há, ainda, as instalações que abrigam os animais aptos para a soltura, contando com viveiros, viveiros externos para rapinantes, serpentário, local para répteis como tartarugas e jabutis, além de dois pequenos açudes. O lugar ainda é envolto por um fragmento de mata, que torna frequente a presença de animais em liberdade, como lagartos, aves e micos.

No caso deste CETAS, a maioria dos animais recebidos é de aves, o que reflete o cenário nacional do tráfico de animais silvestres, no qual 82% dos animais apreendidos é correspondente a aves (RENCTAS, 2001). O grupo é composto principalmente por passeriformes (ou passarinhos) canoros e psitacídeos (família das maritacas, papagaios e araras, que tem a habilidade de reproduzir alguns sons e possuem belas cores). Considerando este dado, problemas frequentes no CETAS JF são: sarna, desnutrição por alimentação pobre em nutrientes (geralmente restrita a algumas sementes), asas cortadas, stress, ferimentos, entre outros. Na área dos viveiros há recintos especiais para tucanos, papagaios, maritacas e passeriformes; além dos recintos da área externa para os rapinantes, como falcões, gaviões e corujas.



Imagem via satélite. FONTE: Google Maps, 2017.

Os animais chegam através de fiscais do meio ambiente, sejam do IBAMA ou do Estado, da polícia do meio ambiente, de guardas municipais ou mesmo de civis. Provindos de fiscalizações, denúncias, entregas e resgates, os animais recebem um registro (na sede) chamado “Termo CETAS”, no qual cada termo tem um número específico, relacionado com o Boletim de Ocorrência. No termo consta a lista com os animais recebidos pelo nome científico, nome popular, número de exemplares, nome do responsável pela entrega e o órgão responsável pelo recebimento, número do Boletim de Ocorrência, data, cidade de onde vieram e o número da nova anilha a ser colocada pelo órgão pelo qual chegou (IBAMA ou IEF).

Na sala de procedimentos do CETAS, é feita uma avaliação do estado do animal, geralmente pelo veterinário, acompanhado de estagiárias (de veterinária ou biologia), e também é preenchida uma ficha com as informações referentes ao animal. Na avaliação procura-se por possíveis problemas, como doenças ou lesões, gerando informações para preencher a ficha do animal, na qual consta o número de marcação da nova anilha, número do Termo CETAS, data, espécie, se há dimorfismo sexual (diferença entre os sexos) e informações sobre o quadro físico e clínico do animal. O animal é vermifugado e recebe uma nova anilha, para identificá-lo.

Após esse procedimento, é definido o destino provisório do animal, se será liberado para os viveiros ou se ficará em observação na enfermagem, para ser cuidado com mais cautela. No caso dos animais em observação, atenta-se à alimentação, aos excrementos e ao comportamento, de modo geral. A enfermagem conta com boxes individuais. Quando apto, o animal vai para a área dos viveiros, se juntando com outros animais da mesma espécie, ou com espécies que convivem bem, e lá pode se reabilitar para o próximo destino: a soltura. A forma como o IBAMA e o IEF propõem o trabalho em conjunto no CETAS JF ficou definida no “Plano de Trabalho Entre IEF e IBAMA Para Compartilhamento do CETAS Juiz de Fora” (2013) ⁵.

Acolher e alimentar: sobrevivência e afetos

⁵ BRASIL. Plano de Trabalho Entre IEF e IBAMA Para Compartilhamento do CETAS Juiz de Fora. Juiz de Fora, Nov. de 2013.

Numa tarde de inverno comecei meu trabalho de campo, e por sorte, foi dia de receber a fiscalização da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, tornando o dia movimentado com a chegada de vários pássaros de pequeno porte. Acompanhei a avaliação e anilhamento de todos, sendo recebida com muita atenção pelo veterinário e pela bióloga. O trinca ferro (*Saltator similis*), uma das espécies prezadas pelos passarinhos⁶ era a mais comum dentre todas. O veterinário me disse logo que é a espécie mais recorrente no CETAS JF, por ainda ser encontrado facilmente na região, diferentemente de outras espécies canoras antes procuradas e encontradas, como o bicudo (*Oryzoborus maximiliani*), o curió (*Oryzoborus angolensis*) e o pintasilgo (*Spinus magellanicus*).

Ao acompanhar as atividades na sala de procedimentos vi que não era necessário manter silêncio ou mesmo usar um tom de voz mais baixo. O veterinário cobriu a superfície da bancada com um papel e, ao tirar os animais da gaiola, olhava as anilhas com as quais haviam chegado, muitas vezes, retiradas de outro animal ou mesmo inteiramente falsificadas, demonstrando a complexidade do tráfico no Brasil.

Após avaliar, colocar a nova anilha com a ajuda de um alicate, vermifugar e preencher a planilha, o veterinário colocava animal novamente na gaiola em que chegou, até que todos tivessem passado pelo procedimento para serem levados aos viveiros. Neste dia, todos puderam ser mandados direto para lá, onde teriam espaço suficiente para fortalecerem os músculos e se prepararem para a soltura em alguma Área de Soltura de Animais Silvestres – ASAS, com sua nova anilha - inclusive os que teriam nascido já em cativeiro, por se tratar de uma espécie silvestre.

Nos viveiros, os animais são alimentados duas vezes ao dia, de manhã e após o almoço, pelo tratador e pelas estagiárias; pela manhã com ração e à tarde com frutas e sementes. Os animais da enfermagem são alimentados de acordo com a necessidade específica de cada indivíduo, muitas vezes indicada num mural, como a suplementação com vitaminas ou cálcio. O tratador, no CETAS há 16 anos, contou que trata os “bichos” de segunda a sábado, sendo o veterinário responsável por alimentá-los aos domingos, e completou: “tem que gostar dos animais né”.

Desde a minha primeira ida lá, havia notado a presença de animais em liberdade ao redor das instalações; como teiús (*Tupinambis merianae*), um tipo de lagarto; aves e micos, e fiquei me perguntando o que os atraía até lá. Logo descobri que o tratador, além de alimentar os que estavam instalados no CETAS, também alimentava alguns animais em liberdade. Os teiús, sempre por perto e bem graúdos, são alimentados pelo tratador com ovos que sobram e quando não o são, ficam atrás dele pela manhã. “É só alimentar que tá feito!” Diversas vezes, ao longo da minha estadia lá, ouviria dele esta frase, dizendo que bastava alimentá-los para ganhar sua confiança, referindo-se aos animais de modo geral.

Para alimentar animais carnívoros em recuperação, como os rapinantes ou mesmo as serpentes, são utilizados ratinhos brancos, aqueles de laboratório, doados pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Estes, muitas vezes, são reproduzidos no CETAS para continuar servindo de alimento, e o próprio tratador é quem fica encarregado da função de tratá-los e de sacrificá-los.

Segundo o tratador, sua técnica é o deslocamento cervical, e tratou de me explicar como quebra a coluna cervical do bichinho pressionando seu pescoço contra uma base sólida. Ainda, sem titubear, disse que quando necessário “pica também”, querendo dizer que corta o bicho para facilitar a alimentação do carnívoro, e há ainda os casos em que o ratinho é dado vivo a algumas espécies, devido aos hábitos das mesmas. Se o ratinho não morre, o animal que se alimentaria dele morrerá, justificou. Neste contexto, matar o roedor se encaixa nas práticas de cuidado para com os animais instalados no CETAS

⁶ Aquele que caça, cria ou comercializa pássaros.

JF, o que remete à ideia de Descola de uma sensibilidade ecológica orientada por uma escala hierárquica de valor, na qual se escolhe para qual espécie direcionar as práticas de cuidado.

Ainda nas práticas de cuidado ligadas à alimentação, ao acompanhar as estagiárias no preparo das frutas para os animais dos viveiros, notei, diversas vezes, o cuidado com que selecionavam e cortavam as frutas, que são, em sua maioria, doadas por um grupo de distribuição de hortifruti dos mercados da região. A estagiária mais antiga que acompanhei durante o campo, utilizava pinhas para colocar as frutas das aves, criando certo desafio, prática chamada de *enriquecimento ambiental*, que contribuiria para a reabilitação dos animais. Ao longo da minha estadia notei como ela incentivava a introdução de galhos, bambus, espigas de milho e outros “brinquedos” para enriquecer o ambiente dos animais.

Enquanto os alimentava, ela se atentou para a vocalização diferente de um dos papagaios dos viveiros naquele dia, passando a observá-lo com mais cuidado. Durante a minha estadia, ela se mostrou especialmente interessada pelos psitacídeos, e cuidadosa, principalmente, com os da enfermagem, alguns destes sem pé ou penas, ou com deficiência nutricional. A falta de penas pode se dar por terem sido cortadas por humanos ou arrancadas por eles mesmos, como manifestação de stress, o que seria “consequência da vida em cativeiro”, disse a estagiária. Estes, em suas gaiolas, são tirados e colocados na enfermagem do CETAS todos os dias, para tomar sol e respirar um ar “fresco”.

Ao acompanhá-la, noutro dia, notei que carregava uma garrafinha com uma vitamina feita por ela, de frutas, ovo e leite em pó que havia feito para os seis filhotes de gambá (*Didelphis*) que abrigava em casa e, como tinha sobrado, daria para algum outro animal no CETAS. A prática de levar filhotes órfãos para casa é comum, já que o CETAS não conta com funcionários após o horário comercial e estes necessitam de alimentação e aquecimento constantes para sobreviver. Sabendo disto, a prática que não é uma obrigação institucional dos funcionários, torna-se quase que uma obrigação moral, atribuída, geralmente, às estagiárias, que ficam responsáveis por alimentá-los de poucas em poucas horas e mantê-los aquecidos, na tentativa de “salvá-los”. Tentativa, pois muitas das vezes os filhotes podem não sobreviver sem os cuidados da mãe.

Quem fica responsável por levá-los para casa, carrega consigo uma autorização formal do órgão que os registrou (IBAMA ou IEF), para o caso de passar por uma eventual fiscalização. Com seis filhotes de gambá em casa há quase três semanas, a estagiária lembrou como seus pais, de início, foram resistentes à presença dos bichinhos com aparência de “rato”, na casa. Mas que, em menos de três semanas, os pais estariam envolvidos com as práticas de cuidado direcionadas a eles, dizendo ser impossível não serem afetado pelos bichinhos. Mas ela enfatizou que a demonstração deste afeto deve ter um limite, já que se trata de silvestres e não de domésticos, colocando uma linha entre eles.

Com um professor ela teria aprendido a respeitá-los sendo livres, animais diferentes dos domésticos, configurando para ela duas formas diferentes de amor. No caso dos silvestres, sua demonstração de amor seria cuidá-los para que voltem logo à liberdade; no caso dos domésticos seria querer tê-los por perto e poder abraçá-los, e completou dizendo que demonstrar amor aos silvestres com contato humano é terrível, pois, assim, perdem o medo de humanos e nem todos os humanos vão tratá-los bem. Além disso, a vida na “natureza” é disputada, justificando seu interesse em colocar desafios de enriquecimento ambiental para os animais.

Imagens de cuidado e proteção

Além da mobilização de práticas de cuidado para com os animais e o despertar de ligações afetivas entre estes e os humanos ultrapassarem os limites da unidade do CETAS JF para as casas dos

envolvidos, as práticas de cuidado começam antes mesmo da entrega do animal, como no caso dos policiais do meio ambiente (PMs). Estes, especialmente, os de batalhões de outras cidades, geralmente esperam o recolhimento de uma quantidade mínima de animais para levar a algum CETAS que atenda sua região. Enquanto aguardam uma quantidade que viabilize a viagem ao CETAS, os PMs acabam tendo que cuidar dos animais, alimentando-os do próprio dinheiro, com “pena de deixar os animais com fome” e não quererem ser responsáveis pela morte deles em seu local de trabalho, revelando as noções de *proteção e compromisso* para com os animais, ao modo de uma sensibilidade ecológica própria aos latino-americanos, conforme já dito.

Este ato de compromisso também é feito por funcionários do CETAS JF na falta de doações de alimento e de verba para comprá-los. “É necessário muita dedicação, amor, compaixão nesses trabalhos”, diria um dos PMs, já que muitas vezes recebe-se pouco ou nada para cuidar dos animais. Outro PM diria, também, palavras como: “vida, carinho, respeito e proteção à natureza”, se referindo à importância de seu trabalho, revelando novamente as noções de “proteção” e compromisso com o cuidado.

Cuidado, para Leonardo Boff⁷ remete a duas significações interligadas:

“A primeira designa a atitude de desvelo, de solicitude e atenção para com o outro. A segunda nasce desta primeira: a preocupação e a inquietação pelo outro, porque nos sentimos envolvidos e afetivamente ligados ao outro. Os dois significados básicos que colhemos da filologia de cuidado nos confirmam a ideia de que ele é mais que um ato singular ou uma virtude ao lado de outras. É um modo-de-ser, isto é, a forma como a pessoa humana se estrutura e se realiza no mundo junto com os outros. Melhor ainda: é uma forma de ser-no-mundo e, a partir daí, de relacionar-se com as demais coisas”.

Boff argumenta que na *forma de ser-no-mundo do cuidado* não se vê a “natureza” como objeto (como na *forma de ser do trabalho*), é uma relação de sujeito-sujeito, na qual os outros seres são experimentados como sujeitos, valores, símbolos que remetem a uma realidade original (2005). Neste contexto pode-se pensar como os animais do CETAS JF constituem relações sujeito-sujeito com os humanos com quem interagem, mobilizando atividades e materiais envolvidos nas práticas de cuidado, respondendo a essas, e mobilizando emoções⁸ e ligações afetivas.

As emoções, em David Le Breton⁹, são construídas e organizadas ritualmente, não são espontâneas, mas “emanações sociais ligadas a circunstâncias morais e à sensibilidade particular do indivíduo, [...], reconhecidas em si e exibidas aos outros”. Mobilizando um vocabulário e discursos, elas provêm da comunicação social (2009). Neste sentido, as emoções envolvidas nas relações entre humanos e silvestres no CETAS JF são fruto de uma ontologia específica: o naturalismo ocidental, na qual se manifesta os sentimentos de *pena, amor e compaixão* para com os animais.

Porém, apesar das sensibilidades ecológicas próprias à ontologia ocidental do naturalismo estarem orientando as relações entre humanos e silvestres no CETAS JF, no desenrolar dos processos ligados às práticas de cuidado e às próprias ligações afetivas, os animais assumem, também, um lugar

⁷ BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, out.mar. 2005.

⁸ Boff coloca dois modos de ser no mundo: do trabalho e do cuidado. O modo de ser do trabalho se dá na forma de interação e intervenção, o outro modo de ser se realiza pelo cuidado.

⁹ LE BRETON, David. 2009. “As paixões ordinárias: antropologia das emoções”. Tradução de Luís Alberto Salton Peretti. Petrópolis, RJ: Vozes.

de sujeito nas relações, quebrando a dicotomia ocidental entre humanos e animais, na qual os animais não são sujeitos de agência.

Para pensar como os animais do CETAS JF em suas relações com os humanos com quem interagem assumem lugar de sujeito, mobilizando uma série de práticas e materiais, ligações afetivas e emoções, contarei o caso de um ouriço-cacheiro (*Sphigurus villosus*) recebido como um caso grave.

Para mim, a história começou com a chegada de uma preguiça, resgatada pelos PMs enquanto tentava atravessar uma rua movimentada. Ela se agarrou às ferragens da caçamba da viatura e ninguém conseguia tirá-la, dando trabalho aos funcionários. Após várias tentativas contra a força de suas garras foi necessário injetar um calmante na bicha, para que pudesse ser retirada de lá, e logo ficou amolecida, sendo possível levá-la para a sala de procedimentos.

Lá ela foi avaliada, vermifugada e recebeu um chip de identificação para ser solta novamente. A bicha, ainda grogue, foi colocada num dos boxes da enfermagem, próximo a um ouriço-cacheiro que estava em recuperação. Após algum tempo, fui conferir se os efeitos do calmante já estavam passando, quando notei o ouriço tomando água e comentei com o veterinário, que logo se mostrou muito entusiasmado e foi conferir. O ouriço tinha chegado ao CETAS muito ferido e, há quase uma semana, estava sem se alimentar.

O animal havia, aparentemente, levado uma facada, e mais tarde eu ouviria dos funcionários que é frequente a chegada de ouriços e gambás que foram atacados por humanos. Os ouriços por conta dos espinhos e os gambás “pelo mito do mau cheiro”, diria o biólogo. O ouriço, que chegou muito machucado, causou grande comoção nos cuidadores do CETAS, que torciam por sua recuperação. Ao conversar sobre o caso, a estagiária que disse serem dois tipos diferentes de amor para com os animais silvestres e domésticos, comentou que, geralmente, os animais que chegam mais debilitados e ficam mais tempo em tratamento são os que mobilizam mais ligações afetivas entre os cuidadores.

Com um machucado na cauda e meio cego, o ouriço foi o animal que mais teria despertado emoções nas estagiárias com quem conversei, e no próprio veterinário, que muitas vezes se mostrou mais pragmático no trato com os animais. O veterinário confessaria, mais tarde, que uma das espécies que mais lhe interessa é o próprio ouriço-cacheiro, por ser um animal “espinhudo” e excluído, remetendo à hostilidade das pessoas a este animal.

Após o dia da chegada da preguiça, o animal começou a se alimentar naturalmente, gerando expectativa de melhora nos cuidadores. Na semana seguinte, ao acompanhar a limpeza da ferida, com gases e produtos para limpeza e cicatrização, ouvi das estagiárias que se tratava de um ouriço fêmea e que estava tendo melhoras, apesar de o ferimento ainda estar “feio”. A fêmea, há três semanas no CETAS já estava mais “mansa”, tranquila com os procedimentos.

A estagiária, já formada em biologia, agora cursando veterinária, era quem coordenava os curativos do ouriço. Ao limpar o ferimento, conversava com o animal tentando acalmá-lo, por ser um procedimento dolorido, mas a mesma disse a mim que não tinha “pena” de esfregar para limpar, já que sabia que isto a faria melhorar e enfatizando a intenção de vê-la voltando à “natureza”. Depois foi aplicada uma injeção de antibiótico e anti-inflamatório no animal, para prevenir inflamações e infecções.

Porém, na semana seguinte, ao receber a limpeza dos ferimentos, o ouriço perdeu a pele de sua cabeça quase que inteira, indicando que os pontos não tinham sido bem absorvidos pelo organismo do animal, causando necrose na pele. Neste caso, o animal não interagiu bem com as práticas de cuidado,

não restando outra opção senão a de eutanasiá-lo, procedimento utilizado por veterinários com o intuito de eliminar o sofrimento.

A eutanásia é feita quando não há possibilidade de recuperação do animal havendo prognóstico de morte certa; quando sua recuperação não permite que tenha “qualidade” de vida ou quando os gastos e métodos necessários para mantê-lo e recuperá-lo estão além das possibilidades do CETAS, ficando a critério do veterinário a decisão de fazer ou não a eutanásia, ou morte humanitária, do animal, feita com a injeção de medicamentos que levam à inconsciência e à parada cardíaca.

Não presenciei a eutanásia do ouriço, mas ouvi do veterinário que, assim, ele pararia de sofrer. Neste contexto é possível se pensar a eutanásia como mais uma forma de cuidado e compromisso com a proteção dos animais, na qual o ser humano deve ser responsável por cessar o sofrimento animal.

Outras emoções

Além de despertar emoções como a *pena*, *amor* e *compaixão*, os animais no CETAS JF também despertam outras emoções, como a *raiva* quando a ave em cuidado bica quem a está cuidando. Os passarinhos “quando pegam no canto da unha” lembraram rindo o tratador e o biólogo, e as maiores que, vira e mexe, beliscam o dedo de alguém.

Emoções como o pavor também se revelaram no dia a dia do CETAS JF, mas entre um funcionário da sede (que abriga funções burocráticas) e lagartas “que queimam”. Na área da cozinha, eu e outra estagiária encontramos uma bela lagarta verde embaixo da mesa e, ao mostrar para um funcionário da sede, causamos grande alarde nele, que já havia sido queimado por uma e ficado “de cama”, com febre. Ele, rapidamente pegou a bicha e levou para longe, dizendo que são muito perigosas.

Num outro dia, encontro-o abaixado na grama, procurando por algo e, ao perguntar, descubro que se tratava de outra espécie de lagarta venenosa, que estava subindo em sua calça e quando percebeu fez um movimento brusco que a fez cair. Totalmente alarmado, ele queria encontrá-la e levá-la para uma árvore mais longe, lembrando sempre do perigo de ser queimado por uma dessas. Eu a encontrei na grama: preta, cinza e branca. Imediatamente ele a levou para longe, e logo foi contar para um de seus colegas de trabalho que havia encontrado mais uma lagarta e que estava, inclusive, subindo em sua calça.

Considerações finais

Ainda que as relações entre humanos e animais silvestres no CETAS JF revelem sensibilidades ecológicas próprias à ontologia ocidental naturalista, elas quebram a lógica dicotômica que coloca os humanos como sujeitos e os animais como objetos. Tal dicotomia se quebra no processo mesmo em que se dão as relações, nas quais os animais mobilizam práticas de cuidado, materiais, interagem (bem ou não) com estes, despertam emoções e constituem ligações afetivas, configurando relações *sujeito-sujeito* com os humanos, com quem estão interagindo diariamente.

Pensando a partir da Antropologia ecológica de Tim Ingold (2015), as relações não se dão entre uma coisa e outra, mas ao longo de linhas de vida entrelaçadas que formam uma malha, na qual os organismos (humanos ou não) se trans-formam, no relacionar. Neste sentido, os animais tem papel de agentes, quebrando a lógica dicotômica que separa humanos e animais na ontologia ocidental.

Propondo uma *reaproximação entre a antropologia e a vida*, Ingold (2012) tenta diluir essa fronteira entre sociedade e “natureza” através da noção de *habitar*. No ambiente não existem objetos com seus limites bem definidos, mas elementos que estão sempre em relação uns com os outros, em contínua

formação e transformação, por isto é necessário considerar essas formas de relacionamento entre organismos e o mundo que ele habita, concentrando-se nos processos, na vida como uma *malha*, que se tece no entrelaçamento de linhas de vida, no processo de viver.

A busca por compreender as diferentes ontologias, sensibilidades e percepções ecológicas envolvidas nas relações entre humanos e animais, pode contribuir para discussões acerca de práticas mais adequadas de cuidado, de educação ambiental ou outras ações políticas direcionadas aos animais.

Referências:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988, Capítulo VI: Do Meio Ambiente (art. 225). Disponível em: https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_225_.asp

BRASIL. Lei n. 5.197, de 03 de Janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Distrito Federal, jan. de 1967. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/487615.pdf>.

BRASIL. Plano de Trabalho Entre IEF e IBAMA Para Compartilhamento do CETAS Juiz de Fora. Juiz de Fora, Nov. de 2013.

BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, out.mar. 2005.

DESCOLA, Philippe. 1998. "Estrutura e sentimento: a relação com o animal na Amazônia". *Mana* 4 (1): 23-45

DESCOLA, Philippe. 'Beyond Nature and Culture', Proceedings of the British Academy, volume 139, PP. 137-155. British Academy, 2006 – tradução Bruno Ribeiro

INGOLD, Tim. 2012. *Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan/jun.

INGOLD, Tim. 2015[2011]. *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes: 25-95; 115-143; 215-243.

LE BRETON, David. 2009. "As paixões ordinárias: antropologia das emoções". Tradução de Luís Alberto Salton Peretti. Petrópolis, RJ: Vozes.

RENTAS. 2001. "1º Relatório Nacional Sobre o Tráfico de Animais Silvestres". Brasília.